



Prefeitura Municipal de Tatuí
Secretaria Municipal de Saúde

Rua José Ortiz de Camargo, 594 - CEP: 18.270-500 - Tatuí - SP
Fone: (0XX15) 3305-8855

Tatuí, 23 de Maio de 2019.

OFÍCIO N°. 1135/2019- GABINETE DA SECRETÁRIA

Com nossos cordiais cumprimentos, venho por meio do presente prestar informações a Vossa Senhoria com relação ao **Requerimento 889/2019** emitido pela Câmara Municipal de Tatuí a fim de que se de resposta à referida Casa Legislativa, conforme abaixo:

Conforme relatório emitido pela Coordenação do respectivo setor, em anexo.

Sem mais para o momento, deixamos votos de alta estima e consideração.

Kátia de Campos Abuchaim
Secretária Interina da Saúde

Ao Ilmo. Sr.
RENATO PEREIRA DE CAMARGO
Secretario Municipal de Negócios Jurídicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Tatuí, 21 de maio de 2019.

Memorando n.º. 051/2019 - VISA

Prezada Senhora:

Vimos por meio desta, oferecer resposta ao requerimento n.º 889 da Câmara Municipal de Tatuí, informando que tudo que concerne ao serviço de Vigilância Sanitária no município de Tatuí há cumprimento integral do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA) do Ministério da Saúde, referência nacional para a análise de substâncias presentes na água, além da Resolução SS n.º 65/2005 da Secretaria do Estado de Saúde, que estabelece procedimentos monitoramento de água em todo estado de São Paulo.

Também ressaltamos que no instrumento Sisagua, que tem como finalidade auxiliar o gerenciamento de riscos a saúde no programa VIGIAGUA, não há registros de qualquer ocorrência de resultados de agrotóxicos acima do Valor Máximo Permitido (VPM) previsto no Anexo XX da Portaria de Consolidação n.º 5 do Ministério da Saúde.

Segue em anexo nota técnica emitida pela SABESP.

Atenciosamente,

Daniela Oliveira de Faria Mendes
Coordenadora da Vigilância Sanitária

Maria Aparecida da S. S. Marques
Diretora de Vigilância em Saúde

A/C:
Ilma Senhora
Kátia de Campos Abuchaim
Secretária Municipal de Saúde Interina



Tatuí, 21 de maio de 2019.

Assunto: Resposta ao ofício 062/19 - VISA
Requerimento 889/19

Prezada Senhora Daniela Oliveira de Faria Mendes
Coordenadora da Vigilância Sanitária Municipal de Tatuí

Em atenção ao ofício em referência, que encaminha questionamentos originados pelo Requerimento 889, da Câmara Municipal de Tatuí, informamos que não procedem as informações veiculadas recentemente na mídia.

Para os adequados esclarecimentos anexo a este a Nota Técnica SABESP, bem como Nota Técnica do Ministério da Saúde e cópia de sua publicação no Diário Oficial de 16/05/19.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para manifestar nossos protestos de respeito, colocando-nos a disposição para quaisquer outras necessidades.

Atenciosamente,



Adriano José Branco
Gerente de Divisão - RMDT

Daniela Oliveira de Faria Mendes
Coordenadora Vigilância Sanitária
Prefeitura Municipal de Tatuí

NOTA TÉCNICA – SABESP – MAIO/2019

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP realiza, sistematicamente, o monitoramento de qualidade da água tratada e distribuída em todos os municípios que opera, conforme as exigências da Portaria de Potabilidade vigente. Devido à importância dos resultados desse monitoramento para atestar a qualidade da água fornecida à população, a SABESP, ao longo dos anos, muito investiu na modernização da tecnologia analítica e, hoje, possui laboratórios equipados com instrumentos de última geração.

O parque analítico é composto de cromatógrafos gasosos (CG), cromatógrafos líquidos de alta performance (HPLC), cromatógrafos líquidos acoplados a espectrômetro de massas (LC-MS-MS), entre outros. Esses equipamentos são capazes de determinar compostos em concentrações mínimas, em valores muito abaixo dos limites definidos na legislação de potabilidade, proporcionando uma elevada segurança aos resultados obtidos.

Além disso, os ensaios realizados nos laboratórios são acreditados pelo INMETRO, segundo a Norma ISO/IEC17025, ou seja, as análises laboratoriais seguem procedimentos padrões que são auditados por institutos que garantem a alta confiabilidade dos profissionais, equipamentos, reagentes, enfim, todo o processo está adequado para que os resultados sejam rastreáveis e com alta credibilidade. Todos os resultados do monitoramento são encaminhados à Vigilância Sanitária, que possui um sistema informatizado denominado SISÁgua, que concentra todas as informações de qualidade da água para consumo humano.

Até junho de 2018, a Sabesp enviava os laudos dos ensaios para todas as Vigilâncias Sanitárias Municipais e estas estavam encarregadas de transcrever os resultados para o sistema SISÁgua. A partir do último semestre de 2018 a Vigilância Sanitária promoveu a modernização do SISÁgua o que permitiu a Sabesp passar a encaminhar esses resultados por meio eletrônico, eliminando toda a necessidade de digitação e, conseqüentemente, a possibilidade de erros de transcrição.

Recentemente, foram veiculadas matérias na mídia que utilizaram as informações disponíveis no SISÁgua, apresentando alguns resultados do período entre 2014 e 2017 em desacordo com os limites estabelecidos na Portaria de Potabilidade. Esses dados não estão de acordo com os resultados efetivamente obtidos nos laboratórios da SABESP. Considerando todo o processo de transcrição que era necessário anteriormente para que o resultado fosse inserido no sistema, qualquer resultado existente no SISÁgua, que esteja fora dos padrões de potabilidade para agrotóxicos, deve ser confirmado através do laudo que originou esse registro. Esse laudo original pode ser solicitado diretamente na gerência regional da Sabesp do Município para conferência.

Nos últimos cinco anos, a SABESP realizou mais de 195 mil ensaios para o monitoramento de agrotóxicos nas águas destinadas ao consumo humano, não havendo ocorrência de nenhum resultado acima do Valor Máximo Permitido (VMP) estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº5 do Ministério da Saúde.

NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE ACERCA DE MATÉRIAS VEICULADAS NA MÍDIA

Comunicado CVS - Sama - 23, de 15-5-2019

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária – órgão vinculado à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde – no exercício de sua atribuição de estabelecer referências para prevenir riscos à saúde da população e orientar as instâncias regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa), torna público o seguinte:

Água Potável e Agrotóxicos em São Paulo - Considerações gerais

Matérias recentemente veiculadas na imprensa tem suscitado dúvidas nos consumidores a respeito da qualidade da água ofertada pelos sistemas públicos de abastecimento. É importante que a gestão dos recursos hídricos e a potabilidade da água sejam debatidas de maneira ampla e transparente, afinal todos fazemos uso da água e ela é imprescindível para nossa saúde. Por isto, os sistemas públicos de abastecimento são essenciais para uma vida saudável e com bem-estar nas cidades. É por conta disto também que a qualidade dos mananciais e a potabilidade da água devem ser controladas e vigiadas pelo Poder Público. O uso intenso e abusivo de agrotóxicos é também motivo de preocupação em todo o mundo, demandando políticas públicas, dentre outras, de defesa agropecuária, de controle ambiental e de vigilância da saúde, pois são muitos os potenciais impactos desses produtos, inclusive na água dos mananciais. No Brasil, a água potável é fiscalizada pelos órgãos de vigilância vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Um importante instrumento para subsídio às ações de vigilância é o sistema de informações Sisagua, desenvolvido pelo Ministério da Saúde e base para a reportagem mencionada.

Embora o Sisagua seja muito relevante para as atividades rotineiras de vigilância no plano local e regional, seus dados, quando utilizados para fins estatísticos mais amplos, devem ser ponderados à luz do estágio de desenvolvimento do sistema. O Sisagua é um sistema em construção, ainda não plenamente consolidado, desprovido, dentre outros, de recursos para a emissão de relatórios de gestão que permitam checagem mais apurada dos milhões de dados de controle nele inseridos. Algumas iniciativas em São Paulo para reduzir transcrições manuais por parte dos agentes de vigilância permitem dizer que os dados mais recentes têm como atributo uma maior consistência. Assim, alterações de potabilidade em São Paulo especialmente em anos anteriores, analisadas a partir do banco de dados do Sisagua, tendem a refletir mais as desconformidades atuais do sistema do que a qualidade da água. O melhor modo do cidadão conhecer hoje a potabilidade da água em sua cidade é consultando diretamente o sistema de abastecimento público e a vigilância sanitária municipal. Deste modo, ainda que sejam compreensivas as preocupações a respeito da contaminação dos mananciais por agrotóxicos, não é possível afirmar que tais práticas estejam causando migração generalizada desses tóxicos para a água de consumo humano a ponto de afetar sua potabilidade, concentrando nela resíduos de tal ordem que justifiquem o afastamento dos consumidores da rede pública.

